

PLANO ESTRATÉGICO PARA AS MIGRAÇÕES

2015-2020

Para a UGT este Plano Estratégico vem reforçar a informação dirigida aos trabalhadores migrantes, nomeadamente em relação às condições de permanência, direitos e deveres e acesso ao mercado de trabalho.

Uma migração laboral de pleno direito só é justa quando se possam garantir os direitos básicos de integração aos trabalhadores migrantes e suas famílias.

Desta forma, a UGT considera que as **Políticas de Integração de Imigrantes (Eixo I)**, definidas neste Plano são de extrema importância, onde destacamos as medidas 20 a 25, mais dirigidas para o mercado de trabalho.

Para a UGT é fundamental adoptar políticas que favoreçam a migração legal e que combatam a migração ilegal, nomeadamente políticas que penalizem e criminalizem redes de tráfico laboral.

É importante, defender o reforço dos mecanismos de luta contra os maus tratos e exploração de seres humanos, nomeadamente no meio laboral, pelo que nos congratulamos pelo facto deste Plano contemplar a sinalização e reporte à ACT de situações de incumprimento da legislação através de acções inspectivas nos locais de trabalho (medida 23).

De acordo com o último Relatório Anual disponível, da ACT, em 2013 realizaram-se 4.178 visitas inspectivas destinadas a trabalhadores estrangeiros, ou seja, + 411 (+10.9%) do que em 2012.

Numa altura em que se prevê uma melhoria da actividade económica nos próximos anos, e um conseqüente aumento dos níveis de imigração, 300 visitas inspectivas por ano, previstas na medida 23, parecem-nos insuficientes, até porque, uma das medidas deste plano prevê a preparação de um plano de contingência perante aflúxos massivos de imigrantes (medida 74, do Eixo III – Política de coordenação dos fluxos migratórios).

A UGT não pode deixar de sublinhar o papel da inspeção do trabalho (ACT) como garante do cumprimento da legalidade, garantindo uma adequada protecção das vítimas para punir e prevenir actividades levadas a cabo por empresários violadores das mais elementares regras legais, de convivência social e de concorrência no mercado de trabalho.

Para a UGT, a Escola desempenha um importante papel na construção do projecto de vida das crianças e jovens nas sociedades contemporâneas. Este papel tem uma importância acrescida quando se trata da inclusão escolar de crianças e jovens provenientes de contextos socialmente desfavorecidos.

Desta forma, as medidas adoptadas no **Eixo II – Políticas de promoção da inclusão dos novos portugueses** merecem a nossa total concordância.

A Escola, desempenha um papel insubstituível na integração social dos descendentes imigrantes. Compete-lhe, essencialmente, evitar situações de marginalização destas populações, que cada vez mais se fazem sentir, sobretudo na periferia das grandes cidades.

Não devemos, no entanto, esquecer que muita da imigração a que assistimos no nosso país nos últimos anos era altamente qualificada, pelo que a par da atribuição de bolsas de estudos a jovens universitários descendentes de imigrantes dever-se-ia dar alguma atenção à equivalência de diplomas, que muitas vezes coloca grandes entraves à sua integração no mercado de trabalho.

Nos últimos anos, a crise económica, as alterações no mercado de trabalho e fundamentalmente o aumento do desemprego expuseram a vulnerabilidade acrescida dos trabalhadores imigrantes por um lado, e por outro, obrigaram muitos portugueses a optar pela emigração.

Temos assistido ao regresso de muitos imigrantes aos seus países de origem ou, à sua partida para países terceiros e paralelamente a uma nova vaga de emigrantes portugueses, de que se destacam os jovens qualificados.

Tal como é referido neste Plano, os indicadores demográficos deixam antever um declínio da população portuguesa e o seu envelhecimento, o que terá consequências preocupantes para a sustentabilidade da segurança social.

Perante este cenário, é com agrado que vemos a preocupação do Governo em apoiar o regresso dos cidadãos nacionais através do **Eixo V – Políticas de incentivo, acompanhamento e apoio ao regresso dos cidadãos nacionais emigrantes.**

Os portugueses que emigraram fizeram-no, na sua maioria, por razões de natureza económica. No entanto, os que o fizeram são sobretudo jovens licenciados que ao iniciarem a sua vida laboral noutra país que lhe oferece melhores condições de trabalho do que Portugal (nomeadamente salários, políticas de natalidade, conciliação da vida familiar com profissional) poderão não regressar.

Para a UGT, mais importante do que a criação dos “vistos talento” (medida 60, do Eixo III – Política de coordenação dos fluxos migratórios), que deverá ser aprovado até ao final do ano, com o objectivo de atrair talento e capital humano, é a criação de condições para o regresso de muitos investigadores e cientistas que se viram obrigados a sair do país.

Desta forma, consideramos que o lançamento do programa “Empreendedorismo para Emigrantes”, ainda este ano, com o objectivo de apoiar a criação de empresas por nacionais não residentes em território nacional, é uma medida bastante positiva (medida 101, do Eixo V). Para que possam tomar a decisão de regressar, é fundamental que existam incentivos para o fazerem (fiscais, facilidades de investimento).

Para além dos cidadãos portugueses muitos qualificados, que se pretende atrair, a UGT congratula-se com o facto de este Plano incluir políticas de apoio à reintegração de emigrantes economicamente vulneráveis, não residentes em território nacional há mais de um ano. Com esta medida pretende-se apoiar despesas de deslocação e estabelecimento em território nacional (medida 99, do Eixo V).

No que, ainda, diz respeito ao Eixo V – Políticas de incentivo, acompanhamento e apoio ao regresso dos cidadãos nacionais emigrantes, não podemos deixar de questionar o facto do Governo não se comprometer com metas nem com objectivos quantitativos, ao contrário do que acontece noutras medidas deste Plano Estratégico.

A UGT considera que este Plano vem reforçar a promoção e a integração social dos trabalhadores migrantes, que frequentemente se encontram numa situação de grande vulnerabilidade face ao mercado de trabalho: o insuficiente domínio da língua, a escolaridade baixa ou, uma desajustada formação profissional empurra muitos destes trabalhadores para as profissões mais duras e mal remuneradas e, para a precariedade/ informalidade.

Para a UGT, é de crucial importância colocar Portugal na senda do crescimento económico de forma a criar/gerar emprego de qualidade para atrair não só os que agora se viram obrigados a partir mas também os novos fluxos de imigração.

05.02.2015